



Prefeitura  
**Granja**  
Cuidando da nossa gente

**LEI Nº 1347/2025, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.**

**REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GRANJA AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR QUE ALUDEM OS §§ 3º E 5º DO ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM ACORDO COM A REDAÇÃO DADA PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 30/00 E 37/02 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANJA, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.**

**Art. 1º** - Ficam definidos em R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) o limite do pagamento de débitos oriundos de sentença judicial transitada em julgado, a que aludem os §§ 3º e 5º do artigo 100 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 30 de 14 de setembro de 2000 e nº 37 de 12 de junho de 2002.

**§ 1º** . As obrigações e o limite definido no “caput” deste artigo, se aplicam para a administração pública direta e indireta.


**§ 2º** . Os débitos referidos no “caput” deste artigo, individualizados por autor em cada ação judicial, deverão atender o limite estabelecido, na data em que os respectivos cálculos se tornaram incontroversos.

**§ 3º** . É vedado fracionamento, repartição ou quebra de valor total da obrigação prevista neste artigo, seja ele controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses de aplicação do art. 23, da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 reconhecido em juízo.


**§ 4º** . É vedada a expedição de precatório suplementar do valor pago na forma do “caput” deste artigo.

**§ 5º** . É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder o valor estabelecido no “caput” deste artigo, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta lei.

**§ 6º** . O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do crédito exequendo, sem quebra de ordem dos precatórios convencionais.

 (88) 3624.1383

 gabinete@granja.ce.gov.br

 www.granja.ce.gov.br



Praça da Matriz, S/N - Centro  
CEP: 62.430-000 - Granja - CE



CNPJ: 07.827.165/0001-80





Assinatura do Autor

Assinatura do Secretário de Planejamento

Assinatura do Secretário de Administração

do crédito expedindo, sem quebra de ordem dos precatórios convencionais;

§ 1º - O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica extinção total desta lei.

estabelecido no "caput" deste artigo, para que possa obter pelo pagamento do valor na forma

§ 2º - É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder o valor

deste artigo.

§ 3º - É vedada a expedição de precatório suplementar do valor pago na forma do "caput"

do art. 33, da Lei Federal nº 8.006, de 04 de julho de 1994, reconhecido em juízo.

neste artigo, seja ele controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses de aplicação do art.

§ 3º - É vedado fracionamento, repartição ou quebra de valor total da obrigação prevista

incontroversas;

judicial, devendo atender o limite estabelecido, na data em que os respectivos cálculos se tornarem

§ 4º - Os débitos referidos no "caput" deste artigo, individualizados por autor em cada ação

administração pública direta e indireta;

§ 5º - As obrigações e o limite definido no "caput" deste artigo, se aplicam para a

pelas emendas constitucionais nº 30 de 14 de setembro de 2000 e nº 37 de 12 de junho de 2005;

§ 6º - A que atende os §§ 3º e 2º do artigo 100 da Constituição Federal, com a redação dada

o art. 1º - ficam definidos em R\$ 8.123,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta

LEI

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEQUINTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

PROVIDÊNCIAS:

CONSTITUCIONAIS Nº 30/00 E 37/05 E DA OUTRAS  
ACORDO COM A REDAÇÃO DADA PELAS EMENDAS  
E 2º DO ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM  
OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO VALOR QUE ATENDE OS §§ 3º  
REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ AS

LEI Nº 1341/2022 DE 30 DE JANEIRO DE 2022.



CEARÁ





Prefeitura  
**Granja**  
Cuidando da nossa gente

**Art. 2º** - Nos limites previstos na presente lei, o pagamento será efetuado no Juízo da Execução, a requerimento da parte credora, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento da requisição pelo Prefeito Municipal.

**§ 1º** . O requerimento será instruído com certidão expedida pelo cartório da Secretaria do Órgão Judiciário, comprobatória do trânsito em julgado do processo de conhecimento, da demonstração da liquidez e exigibilidade da obrigação.

**§ 2º** . Na hipótese do § 4º do artigo 1º, o requerimento também será instruído com a renúncia expressa ao excedente do pequeno valor apurado na data do pagamento.

**Art. 3º** - Constatada a regularidade formal e material da requisição, será efetivado o pagamento.

**Art. 4º** - Os critérios já inscritos em precatórios devidos pelo Município de Granja não superior ao valor de R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), serão pagos integralmente segundo a ordem cronológica de apresentação dentro da categoria própria.

**Parágrafo único.** Não serão objeto de parcelamento os critérios referidos no “caput” deste artigo, de acordo com o previsto no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 5º** - O valor estabelecido nesta Lei poderá ser revisto pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 6º** - Para fazer frente às despesas desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários.

**Art. 7º** - Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2025.

Paço da Prefeitura Municipal de Granja/CE, aos 30 dias do mês de janeiro de 2025.

  
**FRANCISCO ANÍBAL OLIVEIRA DE ARRUDA COELHO FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Art. 3º - Nos limites previstos na presente lei, o pagamento será efetuado no mês da execução, a disposição da parte credora, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento da requisição pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - O requerimento será instruído com certidão expedida pelo cartório da Secretaria do Órgão Judiciário, comprovando o trânsito em julgado do processo de conhecimento, da demonstração de liquidez e exigibilidade da obrigação.

§ 2º - Na hipótese do § 1º, o requerimento também será instruído com a renúncia expressa ao exercício do penhor no valor devido na data do pagamento.

Art. 3º - Constatada a regularidade formal e material da requisição, será efetivado o pagamento.

Art. 4º - Os critérios já inscritos em prestações devidas pelo Município de Granja não superior ao valor de R\$ 8.125,41 (oit mil, cento e cinquenta e sete reais e um centavo), serão pagos integralmente segundo a ordem cronológica de apresentação dentro da categoria própria.

Parágrafo único. Não serão objeto de parcelamento os critérios referidos no "caput" deste artigo, de acordo com o previsto no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º - O valor estabelecido nesta Lei poderá ser revisado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - Para fazer frente às despesas desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários.

Art. 7º - Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2025.

Pelo da Prefeitura Municipal de Granja/CE, aos 30 dias do mês de janeiro de 2025.

FRANCISCO ANÍBAL OLIVEIRA DE ARRUDA COELHO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura  
**Granja**  
Cuidando da nossa gente

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

**LEI Nº 1347/2025, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.**

Certifico que este ato foi publicado e afixado em 30/01/2025 no flanelógrafo instalado na sede da Prefeitura Municipal de Granja-CE, em conformidade com o Art. 92 da Lei Orgânica Municipal.

**KELTON JOSÉ BEVILÁQUA LINHARES**  
**PROCURADOR GERAL**

